



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Secretaria de Licitação - SLIC  
Praça Municipal - Eixo Monumental - Brasília - DF

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO/LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025**

**CONTRATANTE (UASG)**

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (200009)

**OBJETO**

Aquisição de materiais de expediente.

**DATA, HORÁRIO E ENDEREÇO ELETRÔNICO DA SESSÃO**

18/06/2025 às 14 (quatorze) horas - Horário de Brasília

<https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Encaminhamento da Proposta: a partir da divulgação do Edital até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

*(Na hipótese de não haver expediente ou ocorrer fato superveniente que impeça a realização da sessão na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação em sentido contrário).*

**EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS**

Sim



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

## **Sumário**

- 1. DO OBJETO**
- 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
- 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 6. DA FASE DE JULGAMENTO**
- 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**
- 8. DOS RECURSOS**
- 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
- 11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 12. DO PAGAMENTO**
- 13. DA CONTRATAÇÃO**
- 14. DO REAJUSTE**
- 15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**
- 16. DA PROTEÇÃO DE DADOS**
- 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**PROCESSO SEI Nº 19.04.3278.0017438/2025-68**

Torna-se público que o MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por meio da Secretaria de Licitação, realizará licitação, na modalidade **Pregão**, na forma **Eletrônica**, nos termos da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais de expediente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1.1.1.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

**1.1.1.1.** Anexo I – Termo de Referência

**1.1.1.2.** Anexo II – Especificação Técnica e Quantidades

**1.1.1.3.** Anexo III – Planilha de Preços Máximos

**1.1.1.4.** Anexo IV – Declaração de Parentesco (conforme Resolução CNMP n.º 37/2009 e posteriores alterações)

**1.1.1.5.** Anexo V – Modelo de Declaração de Sustentabilidade Ambiental

**1.1.1.6.** Anexo VI – Modelo de Declaração de Inexistência de Trabalho Escravo, Não Exploração de Trabalho Infantil e Não Discriminação

**1.1.1.7.** Anexo VII – Modelo de Declaração por não ultrapassar a Receita Bruta máxima admitida para enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, no exercício, em contratos firmados com a Administração Pública Formulário

**1.2.** O Anexo II encontra-se disponível junto ao Edital nos sites **[www.mpdft.mp.br](http://www.mpdft.mp.br)** e **[www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)**

**1.2.1.** Dificuldades eventuais para a obtenção deste Anexo devem ser comunicadas por *e-mail* para o seguinte endereço: [pregaoeletronico@mpdft.mp.br](mailto:pregaoeletronico@mpdft.mp.br)

**1.3.** A licitação será dividida em Itens, conforme indicado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, facultando-se ao licitante a participação em quantos Itens forem de seu interesse.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão **exclusivamente microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)).

**2.2.** Não poderão participar desta licitação:

**2.2.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seus Anexos;

**2.2.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.2.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a

voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.2.3.1.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.2.2. e 2.2.3 acima poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.2.3.2.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.2.3.3.** O disposto nos itens 2.2.2 e 2.2.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.2.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.2.4.1.** aplica-se esse impedimento também ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

**2.2.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.2.6.** empresas que tenham como sócios, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme dispõe a Resolução n.º 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, e posteriores alterações;

**2.2.7.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.2.8.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.2.9.** pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**2.2.10.** sociedades cooperativas;

**2.2.11.** empresas em processo de falência, dissolução, liquidação ou concurso de credores;

**2.2.12.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.2.13.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

**2.2.13.1.** A vedação de que trata o item 2.2.13. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**2.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão

ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item 2.1 acima e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação no momento da habilitação.

**2.6.** Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

**2.6.1.** A utilização dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao certame, sujeitando o licitante à aplicação de penalidades previstas na legislação vigente, neste Edital e seus Anexos.

**2.7.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.2.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.4 e 7.4.1 deste Edital.

**3.3.** No cadastramento da proposta inicial o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.3.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal;

**3.3.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.4.** O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus art. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

**3.5.** A falsidade das declarações de que tratam os itens 3.3 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

**3.6.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.7.** Não é obrigatória a indicação de marca e/ou modelo no campo da descrição detalhada do objeto no sistema compras.gov.br antes da etapa de lances.

**3.7.1.** Caso a empresa apresente marca e/ou modelo no campo da descrição detalhada do objeto no sistema, a análise será realizada com base nas informações disponibilizadas pelos fabricantes dos produtos na internet. Serão sumariamente desclassificadas as empresas cuja marca e/ou modelo ofertados não estejam de acordo com as especificações do Edital, ainda que a informação disponibilizada pelo fabricante na internet esteja incorreta.

**3.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.9.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.10.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.10.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o item acima.

**3.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.11.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.11.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.11.3.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante preenchimento de campos específicos no sistema eletrônico.

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação

de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.4.1. Os lances deverão ser ofertados pelo valor unitário do Item.**

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Edital e seus Anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.8.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

**4.9.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste Edital.

**4.10.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.3.** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.3.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.3.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.7.** No julgamento das propostas a classificação se dará em ordem crescente dos preços ofertados, sendo considerada vencedora a proposta que cotar o **MENOR PREÇO PARA O ITEM**.

**5.8.** Os preços ofertados deverão estar compatíveis com os praticados no mercado, sendo desclassificadas, após a etapa de lances, as propostas que apresentarem valores unitários superiores aos valores constantes da Planilha de Preços Máximos, Anexo III deste Edital.

**5.8.1.** Os lances deverão ser ofertados pelo valor unitário do Item.

**5.9.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.10.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.11.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,5% (cinco décimos por cento).

**5.12.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecúvel.

**5.13.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e **no presente certame será adotado o modo de disputa aberto para o envio de lances.**

**5.13.1.** Caso seja adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “*aberto*”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.13.1.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.13.1.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.13.1.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.13.1.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.13.1.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.13.2.** Caso seja adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “*aberto e fechado*”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**5.13.2.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**5.13.2.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.13.2.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**5.13.2.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**5.13.2.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.13.3.** Caso seja adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “*fechado e aberto*”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por



cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**5.13.3.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**5.13.3.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.13.3.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.13.3.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.13.3.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.13.3.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.16.** Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico, para o Pregoeiro, persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.20.** Em relação a Itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.

**5.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lance), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

**5.21.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.21.1.2.** *diante da ausência de regulamentação, não será considerado o critério de desempate disposto no inciso II do art. 60 da Lei nº 14.133/2021;*

**5.21.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.21.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.21.2.1.** empresas estabelecidas no Distrito Federal;

**5.21.2.2.** empresas brasileiras;

**5.21.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.21.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

**5.21.3.** Esgotados os critérios de desempate e preferência previstos nos tópicos 5.21.1 e 5.21.2 acima, será adotado o sorteio como último critério de desempate.

**5.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital, sendo desclassificado o licitante cuja proposta permaneça acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido pela Administração.

**5.22.1.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.22.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.22.3.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

**5.24.** Nos Pregões que contemplem Grupo, a desclassificação de um único Item do Grupo implicará na desclassificação da proposta para todo o Grupo, ou seja, a proposta somente será aceita se atender aos requisitos para todos os Itens do Grupo.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

**6.1.** Encerrada a etapa de lances e eventual negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.2 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1.** Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**;

**6.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – **CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>);

**6.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*).

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4.** Caso atendidas as condições de participação, será iniciada a verificação da conformidade da proposta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.

**6.5.** Encerrada a análise das condições de participação do licitante, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos itens 6.11 e 6.12, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste Edital.

**6.6.** O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação, envie a proposta adequada ao último lance ofertado** após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.6.1.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

**6.6.1.1.** por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;

**6.6.1.2.** de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de sua conformidade.

**6.6.2.** Como **documentação complementar**, para comprovação da vedação prevista no tópico 2.2.6, o licitante deverá anexar no sistema [Compras.gov.br](https://compras.gov.br), obrigatoriamente, sob pena de desclassificação e aplicação das sanções previstas neste Instrumento Convocatório, DECLARAÇÃO em cumprimento à exigência da Resolução n.º 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, e posteriores alterações, **conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.**

**6.7.** A proposta deverá apresentar preços unitários e totais, expressos em R\$ (reais), tanto em algarismos como por extenso no caso do valor global. Em caso de divergência entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos.

**6.8.** É obrigatório e indispensável que o licitante indique claramente em sua proposta o fabricante, marca, modelo, família, código, referência e linha de todo produto ou material que ofertar, devendo discriminar pormenorizadamente o objeto cotado, com todos os elementos necessários para a aferição da avaliação técnica dos mesmos, quando for o caso, sob pena de desclassificação da proposta.

**6.8.1.** Na ausência das informações referidas acima a proposta do licitante poderá ser considerada inválida, por não apresentar com suficiência a caracterização técnica de sua oferta.

**6.8.2.** O licitante apresentará uma única indicação de marca e de modelo para cada item, sob pena de restar inválida sua proposta caso declare duas ou mais ofertas para um mesmo item.

**6.8.3.** Não será admitida a indicação do tipo “ou similar ou equivalente”, com o intuito de posteriormente se alterar a oferta de marca/modelo durante a execução dos serviços, caso em que a proposta do licitante será considerada inválida.

**6.9.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.6 e 3.4 deste Edital.

**6.10.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**6.10.1.** conter vícios insanáveis;

**6.10.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Edital e seus Anexos;

**6.10.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.10.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.10.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e seus Anexos, desde que insanável.

**6.11.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.11.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o tópico acima, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

**6.11.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.11.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.12.** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**6.12.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**6.12.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme Planilha anexa ao Edital.

**6.12.3.** No caso de serviços de engenharia será considerado indício de inexequibilidade as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**6.12.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**6.13.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.14.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração,

o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar sua Planilha, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.14.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**6.15.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**6.15.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

**6.15.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.16.** Encerrada a fase de lances, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante classificado em primeiro lugar **AMOSTRA** do produto ofertado. *(Aplicável a todos os Itens desta licitação).*

**6.16.1.** As amostras deverão ser entregues no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da comunicação do Pregoeiro, e serão analisadas no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do recebimento. Esses prazos poderão ser prorrogados a critério do MPDFT.

**6.16.2.** As amostras deverão ser entregues na Secretaria de Licitação, localizada na Sala 628 do Edifício-Sede do MPDFT, situado no Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Brasília/DF, CEP 70.091-900.

**6.16.3.** O licitante que não apresentar a amostra será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Instrumento Convocatório.

**6.16.4.** A análise das amostras terá caráter eliminatório e será realizada com base nos Procedimentos para Análise de Amostra, constante do tópico 6 do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, tendo por medida os critérios seguintes:

**6.16.4.1.** A amostra oferecida para análise deverá corresponder com precisão aos descritivos contidos na proposta da empresa.

**6.16.4.2.** Será reprovada a amostra que se apresentar em desacordo com as especificações dispostas no Edital e seus Anexos e na proposta da empresa, implicando na desclassificação do licitante.

**6.16.4.3.** O material apresentado como amostra não será considerado para fins de recebimento.

**6.16.4.4.** A amostra aprovada, quando não abatida do quantitativo para entrega, deverá ser retirada pela Contratada no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento definitivo do quantitativo total do Item.

**6.16.4.5.** A amostra reprovada deverá ser retirada pelo licitante no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da adjudicação do referido Pregão.

**6.16.4.6.** O MPDFT poderá dar a destinação que julgar conveniente à amostra não retirada nos prazos acima dispostos.

**6.16.5.** A análise das amostras poderá ser acompanhada por outros licitantes, por meio de seu representante legal, quando prévia e formalmente requerido pelo interessado.

**6.16.5.1.** A solicitação deverá ser encaminhada para o e-mail [pregaoeletronico@mpdft.mp.br](mailto:pregaoeletronico@mpdft.mp.br) e deverá constar a identificação e dados da empresa

solicitante (nome, CNPJ, telefone, etc.), bem como a indicação do Pregão e do Item que deseja acompanhar a análise.

**6.16.5.2.** Fica terminantemente proibida, durante a fase de observação/testes, toda e qualquer forma de interferência, verbal ou operacional, no desenvolvimento dos procedimentos.

**6.16.5.3.** A definição de data e horário para análise da amostra será determinada exclusivamente pelo MPDFT.

**6.17.** Finalizada a etapa de julgamento da proposta será iniciado o procedimento de habilitação.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

**7.2.** Para fins de habilitação o licitante deverá comprovar os seguintes requisitos:

### **7.2.1. Habilitação Jurídica**

**7.2.1.1. Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional (*ressalvada a participação quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto*).

**7.2.1.2. Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. (*ressalvada a participação quando a contratação prever exigências vedadas à condição de Empresário Individual*)

**7.2.1.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> (*ressalvada a participação quando a contratação prever exigências vedadas à condição de MEI*)

**7.2.1.4. Sociedade Empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**7.2.1.5. Sociedade Empresária Estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020.

**7.2.1.6. Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**7.2.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**7.2.1.8.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **7.2.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

**7.2.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

**7.2.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**7.2.2.3.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes distrital ou estadual e municipal relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**7.2.2.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

**7.2.2.5.** Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas – CNDT, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011. *(Esta Certidão poderá ser encaminhada pelo licitante, mas também será consultada pela Administração, e para fins de habilitação será considerada a Certidão mais atualizada).*

**7.2.2.6.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**7.2.2.6.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (Lei Complementar nº 123/2006, art. 43, § 1º).

**7.2.2.6.1.1.** Fica consignado como momento de declaração do vencedor da licitação o resultado da fase de habilitação.

### **7.2.3. Qualificação Econômico-Financeira**

**7.2.3.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, *caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação* (art. 5º, inciso II, alínea "c" da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116/2021), ou de sociedade simples.

**7.2.3.2.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (Lei nº 14.133/2021, art. 69, *caput*, inciso II).

**7.2.3.2.1.** Caso a certidão seja omissa em relação ao prazo de validade, esta será considerada válida até 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

**7.2.3.2.2.** No caso de Certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei nº 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

### **7.3. O licitante deverá declarar, ainda:**

**7.3.1.** que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do art. 63, I da Lei nº 14.133/2021;

**7.3.2.** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**7.3.3.** que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais,



nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

#### **7.4. A habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.**

**7.4.1.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

**7.4.2.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**7.5.** A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.6.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º e art. 6º, §4º).

**7.7. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.**

**7.7.1.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, nas seguintes situações:

**7.7.1.1.** por solicitação do licitante, no chat do sistema, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro;

**7.7.1.2.** de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de sua conformidade.

**7.8.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no §1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022.

**7.9.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.9.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.9.2.** Respeitado o disposto no subitem 7.9.1 quanto à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do subitem 7.9 ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**7.10.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.10.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da Ata de Registro de Preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.11.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**7.12.** Após a apresentação dos documentos de habilitação não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (Lei nº 14.133/2021, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º), sendo possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante,



após avaliação do Pregoeiro, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).

**7.13.** O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em Ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias.

**7.14.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

**7.15.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.16.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**7.17.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

**8.3.** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da Ata de habilitação ou inabilitação.

**8.3.1.** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da Ata de julgamento.

**8.4.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, em campo próprio do sistema.

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.8.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.9.** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

## 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

**9.1.** O licitante/contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

**9.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**9.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**9.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**9.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou qualquer outro documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

**9.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

**9.1.5.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**9.1.5.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**9.1.5.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**9.1.5.4.** deixar de apresentar amostra, quando exigível; ou

**9.1.5.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital.

**9.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**9.1.6.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração;

**9.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**9.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**9.1.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**9.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**9.1.10.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

**9.1.10.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**9.1.10.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

**9.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**9.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**9.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações discriminadas acima, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

**9.2.1. Advertência**, aplicada exclusivamente pela infração constante do item 9.1.1 acima, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**9.2.2. Multa**, aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas nos subitens 9.1.1 a 9.1.12 acima:

**9.2.2.1.** 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial.

**9.2.2.2.** 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total.

**9.2.2.3.** Caso a aplicação da multa resulte em valores exorbitantes e/ou desproporcionais, poderá ocorrer a redução do percentual aplicado a critério discricionário da

Administração, sempre com a análise do caso concreto.

**9.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos itens 9.1.2 a 9.1.7 acima, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos itens 9.1.8 a 9.1.12 acima, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.2 a 9.1.7 acima que justifiquem a imposição da penalidade mais grave que a sanção referida no item 9.2.3.

**9.3.** No caso de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, no que diz respeito ao prazo de execução do serviço/entrega do material, garantida a defesa prévia, será aplicada **multa de mora**, nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/2021:

**9.3.1.** multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso das obrigações cujo cumprimento seja estabelecido em dias ou em períodos a eles correspondentes, até o 15º (décimo quinto) dia;

**9.3.2.** multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, quando o atraso for superior a 15 (quinze) dias.

**9.3.3.** Caso a aplicação da multa resulte em valores exorbitantes e/ou desproporcionais, poderá ocorrer a redução do percentual aplicado a critério discrecionário da Administração, sempre com a análise do caso concreto.

**9.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**9.4.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**9.4.2.** as peculiaridades do caso concreto;

**9.4.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**9.4.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**9.4.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.5.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**9.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**9.7.** A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**9.8.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.6 acima, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, quando exigível, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

**9.9.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.10.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.11.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**9.12.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**10.2.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico [pregaoeletronico@mpdft.mp.br](mailto:pregaoeletronico@mpdft.mp.br)

**10.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema [compras.gov.br](http://compras.gov.br) e no Portal da Transparência do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios no site [www.mpdft.mp.br](http://www.mpdft.mp.br), no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e vincularão os participantes e a Administração.

**10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**10.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** A despesa decorrente desta contratação correrá à conta dos recursos específicos consignados ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios no Orçamento Geral da União para o exercício de 2025, observada a classificação seguinte: Programa de Trabalho 03062003142610053, Fonte do Recurso 100 e Elemento de Despesa 339030.

## **12. DO PAGAMENTO**

**12.1.** O MPDFT pagará à Contratada o valor correspondente ao objeto efetivamente fornecido, até o 10º (décimo) dia da apresentação de fatura ou nota fiscal, em nome do MPDFT, CNPJ 26.989.715/0002-93, devidamente atestada pelo setor competente, por meio de depósito na conta corrente da Contratada através de Ordem Bancária, ficando condicionado à comprovação da regularidade fiscal da Contratada.

**12.2.** Qualquer atraso ocorrido por parte da Contratada na apresentação da fatura ou nota fiscal ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

**12.3.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% a.a (seis por cento ao ano), mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643.

**12.4.** O prazo de pagamento poderá ser suspenso se o fornecimento não estiver de acordo com as especificações estipuladas neste Instrumento, caso em que o prazo referido no item 12.1 será contado a partir da efetiva regularização das pendências por parte da Contratada.

**12.5.** A Contratada deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e contratação exigidas no certame.

### **13. DA CONTRATAÇÃO**

**13.1.** Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, observado o prazo estipulado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**13.2.** O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da Nota de Empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**13.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente implica no reconhecimento de que:

**13.3.1.** referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

**13.3.2.** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus Anexos;

**13.3.3.** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**13.4.** A contratada deverá manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e contratação exigidas neste Edital e seus Anexos.

**13.5.** A vigência contratual será a partir da emissão da Nota de Empenho até o fim da garantia técnica do objeto adquirido.

### **14. DO REAJUSTE**

**14.1.** Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**14.2.** Após o interregno de um ano, a pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo MPDFT, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**14.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**14.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o MPDFT pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**14.5.** Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**14.6.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**14.7.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**14.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**14.9.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**15.1.** O Contratante exercerá adequadamente a fiscalização e o acompanhamento efetivo e permanente da execução da contratação, designando, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, um ou mais fiscais da contratação, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, observando-se, ainda, as regras dos § 1º, 2º, 3º e 4º do referido artigo 117.

**15.2.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto contratado, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

## **16. DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**16.1.** A presente licitação será realizada no sistema [compras.gov.br](https://compras.gov.br), sendo o procedimento público e os dados disponíveis para consulta irrestrita.

**16.2.** O Contratante e a Contratada se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, bem como executar os serviços em estreita observância aos ditames estabelecidos pela Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

**16.3.** O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a Contratada e para seus prepostos dever de sigilo.

**16.4.** A Contratada cooperará com o Contratante no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

**16.5.** Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido nesta contratação e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1.** O Edital e seus Anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sistema [Compras.gov.br](https://compras.gov.br) e no Portal da Transparência do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios no *site* [www.mpdft.mp.br](http://www.mpdft.mp.br)

**17.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

**17.3.** Os horários estabelecidos neste procedimento observarão o horário de Brasília/DF.

**17.4.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**17.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**17.6.** As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**17.7.** O Pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em Ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Para tanto, poderá solicitar retificações necessárias, quanto a erros encontrados ou que apresentarem percentuais em desacordo com a legislação vigente ou com os acórdãos do TCU, desde que não ultrapasse o preço final ofertado pelo licitante, podendo efetuar quantas convocações forem necessárias. Sendo possível, ainda, desde que justificado o equívoco ou falha do licitante, após avaliação do Pregoeiro, ser solicitado documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário).

**17.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**17.9.** É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**17.9.1.** A inobservância do prazo fixado para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência, ou ainda, o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos, ocasionará a desclassificação/inabilitação do licitante.

**17.10.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**17.11.** Todas as questões relativas à realização do presente certame, independentemente de sua natureza ou espécie, serão respondidas e/ou divulgadas por meio do sistema Compras.gov.br, sendo de exclusiva responsabilidade do licitante seu acompanhamento.

**17.12.** Caberá ao licitante acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**17.13.** A Contratada se obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), conforme disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

**17.14.** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

**17.15.** Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade previstos nos Anexos deste Edital.

**17.16.** Em caso de divergência entre as especificações descritas no Compras.gov e as especificações e descrições constantes deste Edital e seus Anexos, prevalecerão as contidas neste Edital e seus Anexos.

**17.17.** Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.

**17.18.** Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

**17.19.** Eventuais dificuldades na obtenção deste Edital e seus Anexos poderão ser comunicadas pelos telefones (61)3343-9370 ou (61)3343-9077, bem como pelo *e-mail* [pregaoeletronico@mpdft.mp.br](mailto:pregaoeletronico@mpdft.mp.br)

**17.20.** Por força da Lei nº 10.522/2002 (art. 6º e art. 6º-A), que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências, alterada pela Lei nº 14.973/2024, é obrigatória a consulta prévia ao Cadin, pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, direta e indireta, constituindo fator impeditivo para a celebração de contrato e respectivos aditamentos a existência de registro no Cadin.

**17.21.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de

Brasília/DF, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Brasília, (na data de assinatura do documento eletrônico).

ANA LUISA CARDOSO ZARDIM

Secretária de Licitação

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios



**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

**1.1.** Aquisição de materiais de expediente.

**2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

**2.1.** A descrição encontra-se pormenorizada na Especificação Técnica e Quantidades, Anexo II deste Edital.

**2.2.** Itens e Quantidades:

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>
<b>1</b>	Apontador para lápis	140 unidades
<b>2</b>	Bloco para recado, autoadesivo, grande	650 unidades
<b>3</b>	Borracha	170 unidades
<b>4</b>	Caneta esferográfica azul	1.150 unidades
<b>5</b>	Caneta hidrográfica, CD/DVD, azul	80 unidades
<b>6</b>	Caneta marca-texto, amarela	960 unidades
<b>7</b>	Cola branca	140 unidades
<b>8</b>	Corretivo em fita	180 unidades
<b>9</b>	Estilete	70 unidades
<b>10</b>	Etiqueta autoadesiva	50 rolos
<b>11</b>	Fita adesiva para embalagem	380 unidades
<b>12</b>	Fita adesiva, rolo pequeno	40 unidades
<b>13</b>	Fita adesiva, rolo grande	70 unidades
<b>14</b>	Fita crepe	70 unidades

<b>15</b>	Lápis	550 unidades
<b>16</b>	Papel A4 branco	900 resmas
<b>17</b>	Pasta catálogo	50 unidades
<b>18</b>	Pasta em L	1.200 unidades
<b>19</b>	Pincel atômico vermelho	80 unidades
<b>20</b>	Pincel quadro branco, cor vermelha	60 unidades
<b>21</b>	Pincel quadro branco, cor azul	70 unidades
<b>22</b>	Protetor autoadesivo para livros	2.500 unidades
<b>23</b>	Régua	70 unidades
<b>24</b>	Tesoura	125 unidades
<b>25</b>	Pilha Alcalina (AAA)	170 unidades
<b>26</b>	Pilha Alcalina (AA)	60 unidades
<b>27</b>	Fita de Detecção Magnética	2.500 unidades
<b>28</b>	Etiqueta Inkjet/laser	175 folhas com 14 etiquetas cada
<b>29</b>	Bobina compatível com Impressora Térmica E582	20 unidades
<b>30</b>	Prendedor de Crachá	500 unidades
<b>31</b>	Receituário Simples	600 blocos
<b>32</b>	Receituário Atestado Médico	50 blocos
<b>33</b>	Receituário Atestado de Comparecimento	50 blocos
<b>34</b>	Receituário Atestado de Saúde	50 blocos
<b>35</b>	Receituário Tipo B	20 blocos

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **3.1. Sustentabilidade**

**3.1.1.** Sempre que possível, deverão ser priorizados materiais que atendam a critérios de sustentabilidade.

**3.1.2.** Os materiais deverão ser construídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico ou biodegradável, e não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada pela legislação competente.

**3.1.3.** O fabricante deve observar todos os requisitos ambientais previstos nas legislações específicas desde sua concepção até a fase final de produção e reciclagem dos produtos.

**3.1.4.** Os materiais devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

### **4. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **4.1. Condições de Entrega:**

**4.1.1.** O prazo de entrega dos materiais deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos após a emissão da Nota de Empenho.

**4.1.2.** Os materiais deverão ser entregues na Seção de Almoxarifado, situada no 1º subsolo, sala 15 do Edifício-Sede do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, localizado no Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Brasília/DF, CEP 70091-900.

**4.1.3.** Os materiais deverão ser entregues em dias úteis, no horário das 9h às 17h.

**4.1.4.** O fornecedor deverá retirar e transportar, por conta própria, qualquer material rejeitado pelo MPDFT, quando do recebimento provisório, bem como providenciar sua substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da notificação que lhe será entregue.

#### **4.2. Garantia, Manutenção e Assistência Técnica:**

**4.2.1.** O prazo de garantia contra defeitos de fabricação será de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo.

**4.2.2.** A contratada será comunicada do material que apresentar defeito e deverá substituí-lo no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

#### **4.3. Obrigações da Contratada:**

**4.3.1.** Indicar representante que atuará como responsável da empresa junto ao MPDFT, com poderes para responder por todos os fornecimentos efetuados.

**4.3.2.** Entregar o objeto empenhado na quantidade e qualidades solicitadas nas especificações técnicas e no prazo estipulado.

**4.3.3.** Substituir, às suas expensas, o objeto ou parte dele que não atenda às especificações exigidas, bem como os que contenham imperfeições técnicas ou defeitos, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de envio da notificação, emitida pelo gestor da nota de empenho.

**4.3.3.1.** Os materiais entregues ao MPDFT que forem rejeitados deverão ser retirados pelas empresas no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da notificação da recusa do material. Após esse prazo serão encaminhados às unidades interessadas para desfazimento.

**4.3.4.** Prestar garantia contra defeitos de fabricação, pelo prazo previsto no tópico 4.2.1 acima.

**4.3.5.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contar da data de envio da notificação emitida pelo gestor da nota de empenho.

**4.3.6.** Responsabilizar-se pelo ônus com frete, transporte e forma correta de transportar os materiais, carga, descarga, seguros, tributos e demais custos, inclusive se o material enviado não for o especificado, sendo a contratada responsável pela retirada e custos de devolução.

**4.3.7.** Comunicar imediatamente ao MPDFT, por intermédio do gestor da nota de empenho, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a entrega do objeto desse instrumento.

**4.3.8.** Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado ciência em razão da execução dos serviços discriminados, sem o consentimento, prévio e por escrito, do MPDFT.

**4.3.9.** Não utilizar o nome do MPDFT, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos, sob pena de rescisão da nota de empenho com o consequente cancelamento dessa.

**4.3.10.** Não oferecer, em garantia de operações de crédito bancário, a nota de empenho do MPDFT, decorrente do objeto desse instrumento.

**4.3.11.** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento.

**4.3.12.** Manter, durante a execução da nota de empenho do objeto desse instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**4.3.13.** O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do MPDFT.

**4.3.14.** Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multa previstas neste instrumento e que lhe sejam aplicadas por meio de procedimento administrativo, decorrentes de descumprimento de obrigações previstas nesse instrumento, no Edital e demais Anexos.

**4.3.15.** Comunicar ao gestor da nota de empenho, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quaisquer alterações havidas no contrato social da empresa, durante a execução do objeto e a prestação de sua garantia, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação.

**4.3.16.** Encaminhar qualquer solicitação ao MPDFT por intermédio dos gestores da nota de empenho.

**4.3.17.** Acatar a fiscalização, a orientação e o gerenciamento dos trabalhos por parte do gestor da nota de empenho designado pelo MPDFT.

**4.3.18.** Manter e acessar regularmente o correio eletrônico da empresa informado por ocasião da entrega do objeto, para onde serão endereçadas todas as correspondências e notificações do MPDFT, observando que:

**4.3.18.1.** as notificações enviadas para o correio eletrônico informado pela contratada equivalem às notificações feitas sob qualquer outra forma prevista em lei, e delas constarão o conteúdo integral da notificação;

**4.3.18.2.** as notificações encaminhadas para o endereço eletrônico informado pela CONTRATADA serão dadas como entregues e lidas a contar da data do envio.

#### **4.4. Obrigações do Contratante:**

**4.4.1.** Designar servidor para acompanhar e fiscalizar o fornecimento do objeto do contrato

**4.4.2.** Efetuar o pagamento nas condições e prazos estipulados.

**4.4.3.** Notificar por escrito a contratada sobre material entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada.

## 5. RECEBIMENTO DO OBJETO

**5.1.** O recebimento do objeto será realizado de acordo com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes termos:

**5.1.1.** provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

**5.1.2.** definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, observando as diretrizes de recebimento da Unidade, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento provisório.

**5.2.** O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

**5.3.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

## 6. CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DE AMOSTRAS

**6.1.** A avaliação das amostras será realizada obedecendo aos seguintes critérios:

**6.1.1. Critério fundamental,** em primeira fase, de caráter eliminatório: Todos os Itens têm de estar rigorosamente de acordo com a proposta.

**6.1.2. Critérios secundários,** também de caráter eliminatório, que serão avaliados mediante a realização de testes e/ou observações, quando for o caso, visando à comprovação da qualidade do produto.

**6.1.3.** Conferência quanto à correspondência entre a amostra e a especificação constante do Edital (medidas, quantidades, atendimento da finalidade), objetivando verificar a compatibilidade entre a especificação técnica e o material cotado pelo licitante.

### ITEM 1 – Apontador para lápis com depósito

- Verificação das especificações e medidas.
- Teste de funcionamento:
  - O teste será realizado utilizando-se a amostra para apontar um lápis até o final.
  - A amostra deverá ter lâmina bem afiada de modo que a madeira seja facilmente cortada.

### ITEM 2 – Bloco para recado autoadesivo

- Teste de aderência:
  - Será testada a capacidade de aderência da cola da amostra em papel A4, devendo apresentar boa capacidade de fixação, sem se desprender da folha e sem deixar resíduos de cola ao ser retirada.
  - No teste serão utilizados papel A4 75 g/m<sup>2</sup>, superfície plana de plástico e superfície plana de madeira

### ITEM 3 – Borracha

- Testar a eficiência da amostra:

- O teste consistirá na utilização da amostra para apagar escrita feita com lápis HB nº 2 em folha de papel A4 branco, devendo ser capaz de retirar completamente todo o resíduo de grafite sem danificar o papel.

#### **ITEM 04 – Canetas esferográficas**

- Testar possíveis falhas na escrita:

- O teste terá duração de 15 minutos ininterruptos de riscos contínuos em folhas de papel A4.

- Verificação de acúmulo de tinta:

- O teste será feito após o teste anterior, utilizando-se a mesma caneta, que, com auxílio de uma régua, deverá fazer um risco sem deixar excesso de tinta a ponto de borrar ou danificar um trabalho.

- Conferência das medidas e fixação da carga e da tampa de fundo.

- Verificar formato sextavado do tubo.

- Verificação da data de validade.

#### **ITEM 5 – Caneta hidrográfica marcação CD**

- Verificação da espessura da ponta.

- Teste de escrita em CD:

- O teste será realizado por meio de escrita em CD, devendo apresentar secagem rápida e ausência de borrões ao esfregar o dedo na escrita.

- Verificação da data de validade.

#### **ITEM 06 – Caneta marca-texto**

- Verificação da ponta.

- Teste de liberação da carga:

- O teste será realizado pela execução de 20 traços retilíneos de aproximadamente 25 cm em papel A4, devendo o pincel marcar uniformemente a folha, sem falhas ou clareamento da tinta durante o teste.

- Verificação da data de validade.

#### **ITEM 7 – Cola Branca**

- Conferência das especificações.

- Teste de colagem:

- A cola deverá apresentar resultado satisfatório de colagem em, no mínimo, 5 (cinco) minutos.

- O teste será realizado utilizando-se duas fichas de cartolina 240 g/m<sup>2</sup> e duas fichas de papel A4 75 g/m<sup>2</sup>, ambas medindo 13cm X 8cm, tendo, ambas, 95% de sua área coberta pela cola.

- Após 24 horas, será novamente verificado se a colagem se mantém perfeita.

#### **ITEM 8 – Corretivo Fita**

- Verificação das especificações e validade.

- Serão realizados testes em papel A4 tanto com impressão quanto com manuscritos.
- Teste de rolagem da fita:
  - A fita não poderá apresentar travamento, falha ou atolamento.
- O corretivo deve apresentar completa aderência ao papel e correção a seco que permita escrita instantânea após a aplicação.

#### **ITEM 9 – Estilete**

- Teste de resistência:
  - O teste consistirá na utilização da amostra para cortar 3 (três) folhas de papel A4 75 g/m<sup>2</sup> ao mesmo tempo.
  - O estilete deverá suportar a pressão das mãos, não podendo se quebrar ou apresentar fissuras em seu corpo.
  - Será verificado, ainda, o seu travamento, que deverá ser mantido durante a execução da tarefa.

#### **ITENS 10 e 28 – Etiquetas**

- Conferência das especificações, qualidade do material e impressão.

#### **ITENS 11, 12 e 13 – Fita adesiva**

- Teste de capacidade de aderência/colagem:
  - Será testada a capacidade de aderência/colagem da fita adesiva, num período contínuo de 24 horas.
  - No teste serão utilizados folha de papel A4 75 g/m<sup>2</sup>, papel Kraft natural e caixa arquivo de papelão.

#### **ITEM 14 – Fita crepe**

- Teste de capacidade de aderência/colagem:
  - Será testada a capacidade de aderência/colagem da fita adesiva, num período contínuo de 24 horas.
  - No teste serão utilizados folha de papel A4 75 g/m<sup>2</sup>, papel Kraft natural e caixa arquivo de papelão.

#### **ITEM 15 – Lápis**

- Testar a resistência do grafite e da madeira:
  - A amostra será apontada até o final. O grafite não poderá quebrar nem a madeira se fragmentar.
- O lápis não poderá estar torto.
- A madeira do lápis não deverá ser dura demais.

#### **ITEM 16 – Papel A4**

- Verificação das especificações.
- Conferência das medidas.
- Teste de impressão:

- O teste será realizado com o objetivo de verificar se o papel flui na impressora de forma contínua e sem atolar.
- Serão utilizadas 100 folhas da amostra para o teste.
- Será utilizada impressora Lexmark modelo MX410de em perfeito estado de funcionamento;

#### **ITEM 17 – Pasta Catálogo**

- Análise do acabamento da pasta.
- Conferência do revestimento em PVC preto que deverá ser de boa qualidade e não poderá estar enrugado.
- Conferência da quantidade de plásticos internos.

#### **ITEM 18 – Pasta em L**

- Checagem das especificações e qualidade do material.

#### **ITEM 19 – Pincel atômico**

- Verificação da ponta.
- Teste de liberação da carga:
  - O teste será realizado pela execução de 20 traços retilíneos de aproximadamente 25 cm em papel A4, devendo o pincel marcar uniformemente a folha, sem falhas ou clareamento da tinta durante o teste.
- Verificação da data de validade.

#### **ITENS 20 e 21 – Pincel para quadro branco**

- Verificação da espessura da ponta.
- Teste de liberação da carga:
  - O teste será realizado pela execução de riscos contínuos pelo período de 1 minuto em quadro branco, devendo o pincel riscar uniformemente, sem falhas ou clareamento da tinta durante o teste.
- O pincel deve possibilitar que o quadro seja apagado com facilidade após a escrita.
- Verificação da data de validade.

#### **ITEM 22 – Protetor para livros**

- Checagem das especificações, medidas e teste de colagem.

#### **ITEM 23 – Régua**

- Conferência das medidas e demais especificações.

#### **ITEM 24 – Tesoura**

- Análise do parafuso que fixa as duas partes da tesoura:
  - Verificar se não há folga.
  - Verificar se não proporciona pressão demais que dificulte o manuseio.



- Teste de capacidade de corte:

- No teste serão utilizados folha de papel A4, barbante de algodão e cartolina 240 g/ m².
- A tesoura não poderá mascar o material cortado.
- O corte deverá sair perfeito.

### **ITENS 25 e 26 – Pilhas**

- Verificação das especificações do Edital.

### **ITEM 27 – Fita de Detecção Magnética**

- Verificação das especificações e qualidade do material.
- Teste de funcionamento e compatibilidade com o Sistema e Acessório RF ID Brasil.

### **ITEM 29 – Bobina**

- Conferência do material em relação à especificação.
- Teste de impressão.

### **ITEM 30 – Prendedores para crachá**

- Verificação das medidas, qualidade do material e demais especificações.

### **ITENS 31 a 35 – Bloco receituário**

- Conferência das especificações, qualidade do material e impressão.

**ANEXO II**  
**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E QUANTIDADES**

**ATENÇÃO**

**Para consultar a Especificação Técnica e Quantidades, acessar o *site* [www.mpdft.mp.br](http://www.mpdft.mp.br), seguindo os seguintes passos:**

**Transparência Ministério Público**  
**Licitações, Contratos e Convênios**  
**Licitações**  
**2025**  
**Licitações em Andamento**  
**Identificar a Licitação**  
**Clicar no *link* “Edital e Anexos”**

**OU**

**Junto ao Edital no *site* [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)**

**ANEXO III**  
**PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS**

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Valor <u>Unitário</u> Máximo (R\$)</b>
<b>1</b>	Apontador para lápis	1,09
<b>2</b>	Bloco para recado, autoadesivo, grande	2,95
<b>3</b>	Borracha	1,95
<b>4</b>	Caneta esferográfica azul	0,53
<b>5</b>	Caneta hidrográfica, CD/DVD, azul	2,34
<b>6</b>	Caneta marca-texto, amarela	1,95
<b>7</b>	Cola branca	1,07
<b>8</b>	Corretivo em fita	3,50
<b>9</b>	Estilete	2,59
<b>10</b>	Etiqueta autoadesiva	12,35
<b>11</b>	Fita adesiva para embalagem	4,98
<b>12</b>	Fita adesiva, rolo pequeno	1,49
<b>13</b>	Fita adesiva, rolo grande	3,65
<b>14</b>	Fita crepe	6,28
<b>15</b>	Lápis	0,81
<b>16</b>	Papel A4 branco	18,72
<b>17</b>	Pasta catálogo	6,00

<b>18</b>	Pasta em L	1,20
<b>19</b>	Pincel atômico vermelho	3,65
<b>20</b>	Pincel quadro branco, cor vermelha	6,20
<b>21</b>	Pincel quadro branco, cor azul	2,92
<b>22</b>	Protetor autoadesivo para livros	1,05
<b>23</b>	Régua	1,00
<b>24</b>	Tesoura	4,50
<b>25</b>	Pilha Alcalina (AAA)	1,57
<b>26</b>	Pilha Alcalina (AA)	1,71
<b>27</b>	Fita de Detecção Magnética	1,13
<b>28</b>	Etiqueta Inkjet/laser	0,80
<b>29</b>	Bobina compatível com Impressora Térmica E582	5,60
<b>30</b>	Prendedor de Crachá	2,00
<b>31</b>	Receituário Simples	2,62
<b>32</b>	Receituário Atestado Médico	1,70
<b>33</b>	Receituário Atestado de Comparecimento	2,00
<b>34</b>	Receituário Atestado de Saúde	1,98
<b>35</b>	Receituário Tipo B	2,80

**A descrição pormenorizada dos Itens encontra-se na Especificação Técnica e Quantidades, Anexo II do Edital**

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Declaramos, sob as penas da lei e para fins de contratação com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, pelo **Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_\_/2025**, que nos quadros da empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, inexistem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

Representante Legal (assinatura)

Nome:

CPF:

**ANEXO V**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei e para fins de contratação com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, pelo **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2025**, que atende aos critérios de sustentabilidade ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, conforme estabelece a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, especialmente quanto ao art. 5º da referida instrução.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

Representante Legal (assinatura)

Nome:

CPF:

## ANEXO VI

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO ESCRAVO, NÃO EXPLORAÇÃO DE TRABALHO INFANTOJUVENIL E NÃO DISCRIMINAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei e para fins de contratação com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, pelo **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2025:**

( ) Não ter sido condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe:

- a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e
- os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.

( ) Não explorar o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe:

- o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
- o Título III do Capítulo IV do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT);
- os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA);
- a Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990;
- o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

( ) Não praticar, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim), Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo e as convenções OIT 29 e 105.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

---

Representante Legal (assinatura)

Nome:

CPF:

## ANEXO VII

### MODELO DE DECLARAÇÃO POR NÃO ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP, NO EXERCÍCIO, EM CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da lei e para fins de contratação com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, pelo **Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2025**, que no ano-calendário de realização do presente Pregão Eletrônico ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

Representante Legal (assinatura)

Nome:

CPF:



Documento assinado eletronicamente por **ANA LUISA CARDOSO ZARDIM**, **Secretária de Licitação**, em 04/06/2025, às 14:59, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2320519** e o código CRC **FC0B3E38**.